



CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
2022

Março/2023

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DO CEFOR
RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
DESTAQUES 2021	3
PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	6
2. INDICADORES	14
ENSINO	14
PESQUISA	18
EXTENSÃO	19

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem o objetivo de sintetizar e apresentar os resultados do processo de autoavaliação institucional estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação (PPG) do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), escola de governo vinculada à Câmara dos Deputados. O processo de autoavaliação visa promover a melhoria contínua da qualidade e o incremento da eficácia institucional, acadêmica e social do Programa.

DADOS DA INSTITUIÇÃO

Nome da Escola de Governo: Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados.

Código da IES: 201207891

Caracterização de IES: Instituição Pública Federal – Escola de Governo

Estado: DF Município: Brasília

Atos do credenciamento: Portaria MEC nº 51, de 11/1/2005 (credenciamento *lato sensu* por 5 anos), Portaria MEC nº 666, de 22/5/2017 (credenciamento *lato sensu* por 8 anos) e Portaria MEC nº 1331, de 8/11/2012 (credenciamento *stricto sensu*).

Gestores responsáveis: Nelson Gomes dos Santos Filho (Diretor do Cefor) e Fabiano Peruzzo Schwartz (Coordenador do Programa de Pós-Graduação).

Endereço eletrônico: www.camara.leg.br/posgraduacao

E-mail: copos.cefor@camara.leg.br

DESTAQUES 2022

O ano de 2022 foi caracterizado pela transição entre as aulas remotas decorrentes da pandemia da Covid-19 e o retorno às atividades presenciais. Mantendo a regularidade do calendário acadêmico, as aulas do Mestrado no 1º semestre foram realizadas a distância, enquanto no 2º semestre voltaram aos espaços físicos presenciais, juntamente com alguns eventos. Bancas de qualificação e defesa puderam ser realizadas de forma remota, presencial ou híbrida, prevalecendo o formato a distância.

O Programa de Pós-Graduação (PPG) continua em etapa de revisão de sua estrutura curricular em relação aos cursos de *lato* e *stricto sensu*. Em 2018, a Resolução do Ministério da Educação CNE/CES nº 1 priorizou diretrizes mais abrangentes, criando novas perspectivas de cursos *lato sensu*. Entre as alterações, merece destaque a formalização da possibilidade de os programas *stricto sensu* converterem em certificado de especialização os créditos de disciplinas cursadas no mestrado, mediante o cumprimento de requisitos estabelecidos em regulamento.

Em 2019, o Programa de Pós-Graduação encaminhou proposta de atualização do seu Regimento, na qual busca reestruturar seus órgãos colegiados de forma a atender crescentes demandas acadêmicas com mais agilidade e eficiência. Há, nesse contexto, a previsão de oferta contínua de curso de especialização no âmbito da estrutura de disciplinas do Mestrado, com alcance, inclusive, para o público externo. Dessa forma, é possível atender aos anseios da sociedade e cumprir os objetivos institucionais de desenvolvimento e educação em nível de pós-graduação com melhor aproveitamento e economia de recursos, em consonância com a proposta de reforma administrativa em

curso na Câmara dos Deputados. Cabe observar que a cada ano aumenta o número de alunos especiais matriculados nas disciplinas do Mestrado, os quais serão beneficiados com essa possibilidade.

O Plano Estratégico do Programa, estabelecido para o período 2021-2024, é avaliado e revisto ano-a-ano, adequando-se aos desafios do cenário institucional e às demandas da sociedade.

Em 2022, destacam-se as seguintes ações nas vertentes de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Programa:

- Continuidade e aperfeiçoamento da oferta das disciplinas do Mestrado, que retornaram ao formato presencial a partir do 2º semestre. Uma das disciplinas obrigatórias (Seminário TCC) foi realizada na modalidade híbrida no 2º semestre para atendimento de necessidades específicas de alguns alunos. A realização de aulas remotas durante a pandemia da Covid-19 exigiu grande capacidade de adaptação de professores e alunos, e foi avaliada como resposta positiva às condições impostas no período.
- Para as bancas de qualificação e defesa do Mestrado passou a existir a opção de realização remota, presencial ou híbrida, sendo que, por escolha dos componentes, permaneceram na modalidade virtual. Demais atividades do Programa, como os eventos de circulação do conhecimento, também foram realizados nas modalidades virtual, presencial ou híbrida.
- Ampliação do uso da plataforma Eleve (ambiente Moodle de aprendizagem dos cursos a distância da Câmara dos Deputados). O acesso via Eleve às disciplinas unifica o caminho para entrada nas aulas, eliminando a necessidade de divulgação de links de acesso. Também é oferecido a docentes e discentes o uso de recursos disponíveis na plataforma, como registro de frequência, repositório de conteúdo, comunicação entre professor e aluno e canal para envio e correção de trabalhos.
- Abertura do canal do aluno para atendimento pessoal, com o objetivo de estreitar o contato com os discentes do MPPL, acompanhar de forma mais personalizada e eficiente cada aluno e reduzir o número de problemas que demandem solução complexa ou acabem em desistência do curso. Após a pandemia da Covid-19, a Coordenação percebeu a necessidade de retomar o contato mais humanizado com os discentes do Programa, reforçando a rede de contatos e o entendimento sobre práticas esperadas dos discentes.
- Revisão da estrutura curricular do Mestrado, com a inclusão de duas novas disciplinas optativas (Linha 1: Tópicos Especiais em Gestão Pública no Poder Legislativo – Espaço e Poder: a Arquitetura dos Parlamentos; Linha 2: Ação Parlamentar e Integração Social).
- Atualização dos equipamentos das salas de aula, com instalação de computadores mais modernos e microfones com e sem fio, melhorando a experiência na realização de aulas, seminários, reuniões e outros eventos com participação presencial e remota de professores, alunos e pesquisadores.
- Realização de 11 bancas de defesa de trabalhos de conclusão do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com a consequente formação de mestres na área de concentração do curso que constitui a pluralidade do saber e do fazer legislativo. Dos formados, sete eram servidores da Câmara dos Deputados, três do Senado e um aluno externo.
- Elaboração de plano de comunicação para divulgação dos TCCs nas redes sociais, além de peças específicas para o público interno da Câmara dos Deputados, com o objetivo de fomentar a rede de egressos e dar maior publicidade às pesquisas desenvolvidas pelos ex-alunos do Mestrado.
- Cômputo de 125 Mestres em Poder Legislativo desde o início do curso, em 2013, sendo 92 servidores da Câmara dos Deputados, 22 do Senado e 11 alunos externos.

- Realização de processo seletivo para aluno regular do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, com adequação da distribuição de orientandos por docente e definição de temáticas apropriadas para os projetos de pesquisa, de forma a considerar o perfil do corpo docente, a aplicabilidade dos trabalhos produzidos e os respectivos impactos regional e institucional. O processo contemplou também a igualdade de condições de participação para servidores do Senado e demais instituições com as quais a Câmara dos Deputados tem acordo de cooperação, com ampliação da inserção social do curso. Algumas etapas foram realizadas a distância devido à pandemia da Covid-19. Ao final, foram aprovados 23 alunos regulares para a turma 2023 do Mestrado.
- Quantidade de 215 alunos especiais matriculados nas disciplinas optativas oferecidas pelo Mestrado em 2022. A participação de alunos especiais externos à Câmara dos Deputados foi superior à de servidores, alcançando 57% do total de matrículas.
- Realização de intercâmbios em variados níveis com instituições estrangeiras, como a participação de professora do Mestrado em grupo de pesquisa junto a pesquisadores de outros países (EUA, Etiópia, Fiji, Índia e Reino Unido) e a atuação de discentes como *visiting scholar* nos EUA e na Noruega.
- Reestruturação do corpo de editores e formulação de nova política editorial da Revista Eletrônica E-Legis, que passou a integrar a categoria mais elevada dos periódicos científicos do Brasil, sendo classificada no estrato A4.
- Conclusão de três cursos de especialização realizados em parceria com instituições como o Tribunal de Contas da União (TCU), Senado Federal (SF), Câmara Legislativa do DF (CLDF) e Escola Superior de Guerra (ESG): Orçamento Público, Análise Econômica do Direito e Poder Legislativo e Direito Parlamentar. O corpo discente dos três cursos contou com 150 alunos, sendo 27 servidores da Câmara dos Deputados.
- Realização da XII Jornada de Pesquisa e Extensão juntamente com o Seminário de Educação Legislativa em um evento que celebrou os 30 anos da institucionalização da educação legislativa no Brasil e os 25 anos do Cefor.
- Aperfeiçoamento dos processos internos do PPG, decorrente da publicação de normativos da Câmara dos Deputados que modificaram a estrutura administrativa do Cefor e a gestão de processos da Casa. A partir dessas mudanças, a Coordenação de Pós-Graduação aperfeiçoou procedimentos internos com vistas a acompanhar a condução de processos e projetos e se adequar às diretrizes do novo Programa de Resultados regulamentado.
- Criação e revisão de documentos e formulários, com o objetivo de aprimorar a gestão das demandas dos alunos, tais como: formulário de solicitação de atividades complementares, formulários de controle das recomendações das bancas de qualificação e defesa, formulário de comunicação de atividade interinstitucional, novo modelo de espelho discente e de histórico escolar.
- Criação e revisão de diversos regulamentos internos, tais como: regulamento das disciplinas Tópicos Especiais, regulamento de aplicação de penalidade por desistência ou reprovação, regulamento de trancamento de matrícula de aluno regular, regulamento de alunos especiais, Portaria de regulamentação da lotação, na Coordenação de Pós-Graduação, de docentes em curso *stricto sensu* do PPG.
- Realização de processo seletivo para docentes colaboradores do Mestrado, resultando na posse, em novembro/2022, de três novos professores. A composição do corpo docente passou a ser de 24 professores, sendo 16 permanentes (66,7%) e 8 colaboradores (33,3%).

MISSÃO

O Programa de Pós-Graduação do Cefor tem como missão preparar profissionais no campo dos estudos legislativos, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, na forma presencial ou a distância, nos níveis *lato sensu* e *stricto sensu*, visando ao fortalecimento institucional do Poder Legislativo.

ATRIBUIÇÕES

- Promover a formação e a qualificação de pessoas nas áreas do saber legislativo, no nível de pós-graduação.
- Desenvolver ações educativas sobre assuntos de natureza acadêmico-científica dentro do seu campo de estudo.
- Planejar, executar e avaliar cursos de pós-graduação, atividades de pesquisa, eventos de divulgação científica e ações de extensão.
- Fomentar e disseminar a produção acadêmica de alunos, professores e pesquisadores.

ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para cumprir sua missão e suas atribuições, o Programa de Pós-Graduação possui orientação para os eixos de ensino, pesquisa e extensão, que constituem vertentes integradas e complementares de atuação. Oferece ampla gama de cursos de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*) voltados ao público interno, ao servidor público de todas as esferas e à sociedade em geral. Apresenta forte atuação em pesquisa, por meio de Grupos de Pesquisa e Extensão que congregam docentes, discentes e pesquisadores internos e externos. Na vertente da extensão, é relevante a atuação na promoção de eventos de circulação do conhecimento, como as Jornadas de Pesquisa e Extensão, o Ciclo de Palestras e o Ciclo de Oficinas, bem como em publicações em periódicos científicos, com destaque para a Revista E-Legis, do Programa, classificada com Qualis B2 na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

O Programa de Pós-Graduação tem vocação abrangente e seus impactos institucionais, pela natureza da atividade legislativa, se constituem em contribuições para políticas públicas e estratégias corporativas na esfera federal, com desdobramentos nos âmbitos estadual, municipal e internacional. Para concretizar essa vocação, foram definidas as seguintes diretrizes:

- a) Formação avançada de recursos humanos.
- b) Inovação como meio de promover mudanças e colaboração em ações de ensino, pesquisa e extensão.
- c) Foco na relevância econômica e social da produção científica.
- d) Suporte à concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas.
- e) Avaliação sistemática das ações de ensino, pesquisa e extensão.
- f) Inserção nacional e internacionalização.
- g) Alinhamento às diretrizes estratégicas institucionais.

O Plano Estratégico do Programa de Pós-Graduação do Cefor, período 2021-2024, está disponibilizado na página (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/pos-graduacao/avaliacao/periodo-avaliativo-2021-2024>).

AÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Pós-Graduação tem vinculação orgânico-institucional direta com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), órgão de desenvolvimento de pessoas da mantenedora Câmara dos Deputados. Em decorrência, mantém escopo de atuação consistente com as atribuições constitucionais da Instituição, especificamente seus processos legislativos e administrativos. O foco é a formação superior de profissionais com habilidades e competências necessárias à análise crítica dos diversos aspectos do Poder Legislativo, capazes de apresentar contribuições para o aprimoramento das funções da Câmara dos Deputados e demais casas legislativas, sobretudo aquelas ligadas ao fortalecimento da democracia e do exercício da cidadania.

O Programa instala-se em edifício próprio do Cefor, que apresenta condições adequadas e bom nível de acessibilidade para realização de suas atividades, com espaços e equipamentos preparados para atendimento à comunidade acadêmica. Compartilha sinergicamente dos recursos e instalações da Câmara dos Deputados, usufruindo principalmente dos espaços de atuação política e da biblioteca, que possui elevado nível de serviços e volumoso acervo.

INSERÇÃO SOCIAL

O Programa de Pós-Graduação, por suas características próprias, configura-se como espaço privilegiado de produção e disseminação do conhecimento inerente ao Poder Legislativo, atuando sistematicamente na educação legislativa continuada como um processo de desenvolvimento pessoal, de preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania. As ações de educação, pesquisa e extensão contribuem para trazer à reflexão questões relativas à agenda do Legislativo, aos anseios e à participação da sociedade, à transparência e fiscalização dos atos públicos, à qualidade das leis, à educação política e ao aperfeiçoamento da gestão, entre outras.

A comunidade acadêmica do Programa participa ativamente da atividade política, acarretando repercussões na sociedade. Os discentes, em sua maioria, atuam em diversas áreas do Poder Legislativo, levando os conhecimentos adquiridos e discutidos no âmbito acadêmico para a administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Egressos do Programa, por exemplo, assumem posições de liderança na Câmara dos Deputados e em outros órgãos.

Ainda com foco na criação de produtos voltados ao aperfeiçoamento do Poder Legislativo e ao desenvolvimento da sociedade, o Programa de Pós-Graduação passou a adotar diversas modalidades de trabalhos de conclusão de curso para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, além da tradicional dissertação. O objetivo é incentivar discentes e docentes a apresentarem formatos diferenciados, como *softwares*, materiais didáticos e até Projetos de Lei (categorizado como projeto técnico). Essa iniciativa despertou maior interesse na diversificação das pesquisas e do produto final do curso, como, por exemplo, o robô digital Ulysses que usa inteligência artificial para a tradução de textos legislativos, fruto de trabalho de conclusão do egresso Eduardo Antônio Mello Freitas. Já como mestre, passou a integrar equipe da Nuvem Interparlamentar de dados abertos da União Interparlamentar e, hoje, é doutorando em Ciências da Complexidade sob a cotutela do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e da Universidade de Lisboa. Outro exemplo, que demonstra a repercussão em âmbito nacional das pesquisas desenvolvidas, é o trabalho intitulado “Regimento Interno da Câmara Municipal de Tangará da Serra comentado”, apresentado pelo discente Caio Garcia da Silveira, que analisa, comenta e sugere melhorias ao texto legal.

Uma forma bastante efetiva de inserção local, regional e nacional, que vem apresentando grande crescimento, é a oferta de vagas nas disciplinas do Mestrado a alunos especiais, num espectro de temáticas que abrange a administração pública e práticas de gestão no Legislativo, passam pela avaliação de políticas públicas e pela

teoria política com aplicação ao Legislativo, alcançando a democracia digital e formas de integração entre o parlamento e a sociedade. Pode se candidatar a aluno especial qualquer cidadão brasileiro ou estrangeiro com diploma de nível superior, podendo cursar gratuitamente as disciplinas optativas que dispuserem de vagas não preenchidas por alunos regulares. Nos últimos anos o Mestrado superou sucessivos recordes de inscrições de alunos especiais. Em 2022, 215 alunos da Câmara dos Deputados, do Senado, de outros órgãos públicos e da comunidade em geral se matricularam nas disciplinas oferecidas.

Parcerias estratégicas

A perspectiva de inserção social do Programa se reforçou em 2022 com a continuidade das ações de parceria com escolas de governo, tais como o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado Federal, e o Instituto Serzedello Corrêa (ISC), do Tribunal de Contas da União (TCU). São parcerias históricas que, ao longo dos anos, produziram diversas ações de treinamento, desenvolvimento e educação voltadas para o público alvo dessas instituições.

Em 2022 foram concluídos três cursos de especialização em parceria com o TCU, Senado Federal, Câmara Legislativa do DF (CLDF) e Escola Superior de Guerra (ESG), voltados a capacitar servidores públicos nas áreas de Orçamento Público, Análise Econômica do Direito e Direito Parlamentar.

No contexto histórico das parcerias, merece destaque o acordo de cooperação firmado entre Câmara dos Deputados, Senado Federal, Tribunal de Contas da União e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD), para a promoção, entre 2018 e 2019, do primeiro Curso de Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, dirigido a servidores do Poder Legislativo e de outros órgãos públicos do país.

Outra ação de parceria estratégica entre Câmara dos Deputados, Senado Federal e Tribunal de Contas da União, por meio das suas escolas de governo, foi a realização do Curso de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas entre 2018 e 2020, atendendo a alunos das casas promotoras e de outras instituições do Poder Executivo federal.

Ainda no sentido de ampliação das parcerias, foi promovida, desde 2020, a igualdade de condições entre candidatos de instituições parceiras e da Câmara dos Deputados no processo seletivo para aluno regular do Mestrado Profissional em Poder Legislativo, ofertado pelo Programa.

Acordos de cooperação técnico-científica, cultural e educacional envolvendo a Câmara dos Deputados e as instituições Senado Federal, TCU, Presidência da República, CLDF, Escola de Administração Fazendária (ESAF), Polícia Civil do DF, Ministério Público do DF, Confederação Nacional da Indústria, Conselho Nacional do Ministério Público, Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP e Instituto Presbiteriano Mackenzie visaram, de forma geral, o intercâmbio de conhecimentos, informações, experiências, instalações e tecnologias para o desenvolvimento de recursos humanos. Parceria com o IESP-UERJ permitiu a realização, entre 2014 e 2018, do Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter), com titulação de 13 servidores efetivos da Câmara dos Deputados.

Vários outros acordos para promoção de cooperação educacional e técnico-científica foram celebrados, como o estabelecido com a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), com organizações do terceiro setor e outras instituições. Em 2020, parceria firmada com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) possibilitou ao Programa colaborar com a instituição para promoção de estudos em políticas públicas e fomento da produção de conteúdo no meio acadêmico, com vistas a contribuir para o desenvolvimento e planejamento de ações estratégicas para os gestores públicos.

Como resultado das tratativas em curso desde 2018 entre a Coordenação de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados e a Universidade de Salamanca, na Espanha, as duas instituições acordaram, em 2020, protocolo de cooperação técnico-científica em atividades de ensino, pesquisa e extensão, com assinatura do acordo realizada em 2021. Dessa forma, abre-se caminho para estabelecer a cooperação e a colaboração em projetos conjuntos de pesquisa, execução de programas de intercâmbio e de desenvolvimento profissional, oportunidades de ensino e aprendizagem conjuntos, visitas de pesquisa e atividades de extensão. Espera-se que a parceria avance no sentido da oferta futura de cursos e disciplinas bilíngues, ação que faz parte do planejamento do Programa.

Nos mesmos termos estabelecidos com a Universidade de Salamanca, firmou-se acordo com a American University, sediada no centro político e de poder dos Estados Unidos, Washington - DC, reconhecidamente ligada a temas relacionados à Ciência Política e Administração Pública.

A docente Cristiane Brum Bernardes integra, desde 2019, a equipe da pesquisa “A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures (EoPPP)” (<https://grnpp.org/ethnographies-of-parliaments/>), liderada por Emma Crewe (SOAS/University of London) e cujo financiamento é feito por meio do programa de pesquisa e inovação European Union’s Horizon 2020 do European Research Council (Acordo nº 8349986). A pesquisa abrange coleta e análise de dados em seis países (Brasil, Estados Unidos, Etiópia, Fiji, Índia e Reino Unido) e tem uma equipe composta por pesquisadores brasileiros, britânicos, indianos e etíopes.

A busca por cooperação com instituições e pesquisadores estrangeiros também foi promovida por discentes. O aluno Gustavo Machado Pires foi convidado pelo College of Liberal Arts and Sciences da Villanova University (EUA) para atuar como Visiting Scholar no Departamento de Ciência Política da instituição. Já o discente Paulo Stanich Neto, que pesquisa instrumentos para garantir a efetiva consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas no trâmite das proposições legislativas no Congresso Nacional, foi recebido no Centro de Estudos Sami, da Universidade Ártica da Noruega (UiT) - Campus de Tromsø, como Visiting Scholar, entre agosto e outubro de 2022.

O Cefor participa da Rede Nacional de Escolas de Governo, cujo objetivo é aumentar a eficácia dessas instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e nos três poderes, ao tempo em que busca incentivar o compartilhamento de conhecimentos e trabalhos em parceria. Participa, também, do Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), que reúne escolas de órgãos como Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), Universidade do Banco Central (Unibacen) etc. Essa parceria, formalizada em protocolo de cooperação específico, permite a promoção conjunta de eventos, participação em projetos de pesquisa coletivos e outras ações.

Educação para a democracia

A Coordenação de Educação para Democracia (Coede) da Escola da Câmara dos Deputados desenvolve ações que visam ao letramento político dos cidadãos. Essas ações são configuradas em vários programas presenciais e remotos, segmentadas pelas características do público-alvo. Para o público infante-juvenil, há o portal Plenarinho e os programas Câmara Mirim, Eleitor Mirim e Parlamento Jovem Brasileiro (PJB). Para universitários, o Estágio-Visita de Curta Duração e o Estágio Cidadão. Para professoras e professores do ensino público fundamental, o Missão Pedagógica no Parlamento. E, ainda, para a sociedade civil organizada, oferecemos o Programa Oficina de Atuação no Parlamento.

Além dos programas presenciais, a Coede ainda faz a curadoria de objetos de aprendizagem para o Portal EVC (<https://evc.camara.leg.br/>) – onde a educação vira cidadania – cujo propósito é fortalecer os valores democráticos e o exercício pleno da cidadania, favorecendo o desenvolvimento de comunidades que se sustentem na garantia dos direitos humanos, na convivência cidadã e na participação política consciente. O Portal EVC oferece recursos educacionais organizados em trilhas de aprendizagem para quem quer entender a política, atuar na política e educar para a cidadania. É uma plataforma educativa com o propósito de possibilitar a navegação interativa, fluida e com total acessibilidade para pessoas com deficiência visual e auditiva. Nela, trabalhamos temas como: “Inclusão, educação e trabalho”; “O papel das leis”; “Participação política”; e “Como criar uma Procuradoria da Mulher nas Casas Legislativas”. Os conteúdos podem ser acessados também pelo Youtube da Escola da Câmara.

Educação a distância

Os professores e alunos contam com o apoio da Coordenação de Educação a Distância do Cefor, que disponibiliza a plataforma Eleve (ambiente customizado do Moodle) como apoio às atividades presenciais (www.camara.leg.br/ead). A plataforma funciona como sala virtual, possibilitando interações síncronas (por webconferências e/ou chats) e assíncronas (por meio de fóruns e mensagens); biblioteca digital que suporta conteúdos em texto, áudio e vídeo; wikis, blogs, cadernos/livros virtuais etc.

Por meio da plataforma os alunos e professores têm acesso a cursos e programas autoinstrucionais ou com tutoria que abordam temas transversais ao conteúdo do Mestrado e das especializações, como Accountability Política, Administração do Tempo, Técnica Legislativa, Estudo Técnico Preliminar para aquisições, Gestão de Projetos, Cerimonial e Protocolo Parlamentar, Reuniões Produtivas, Atendimento ao Público, Papel do Legislativo, Papel do Cidadão entre outros.

Como apoio à Pós-Graduação da Câmara, a plataforma é utilizada para apoio às aulas tanto de forma remota síncrona como por meio de atividades e interação assíncrona; para realização de provas discursivas do processo seletivo (principalmente para alunos regulares do Mestrado); e como repositório organizador de materiais didáticos.

O site Eleve soma 2.692.060 acessos, sendo 401.139 apenas em 2022. Seu LMS (Moodle) afere 6.254.143 de visualizações, sendo 841.620 em 2022. O canal do Youtube da Escola da Câmara (www.youtube.com/EscoladaCamara) tem 23.800 inscritos, possui uma Playlist exclusiva para conteúdos acadêmicos relacionados diretamente ao Programa de Pós-Graduação da Câmara. Esse conteúdo contabiliza 589 acessos, sendo 230 acessos em 2022. Até o momento, o canal do Youtube tem 402 vídeos organizados em 49 Playlists e vídeos solo. E registra 2.391.085 visualizações, sendo 471.886 em 2022. Nesses ambientes virtuais de aprendizagem podem ser encontrados cursos (de curta, média e longa duração), trilhas (textos e vídeos), fluxogramas, animações, aulas, palestras, eventos, lives etc.

INFRAESTRUTURA

Instalações físicas

O Cefor está instalado na área do Complexo Avançado da Câmara dos Deputados, ligado à Casa por meio de transporte gratuito e regular, e com espaço próprio para receber educandos, educadores, servidores e demais cidadãos. No prédio, estão disponíveis cinco salas de aula climatizadas, todas com quadro branco, projetor multimídia e computador do docente, sendo uma com capacidade para 35 alunos, duas com 30 lugares, uma com 20 lugares e uma para grupos de 16 discentes. O Cefor também possui três laboratórios de informática: duas salas com capacidade para 12

alunos e uma sala com capacidade para 24 alunos. Os laboratórios são equipados com projetor multimídia, impressora e computadores para docente e alunos, conectados à Internet pelo sistema de banda larga da Câmara dos Deputados, com link dedicado. O prédio do Cefor dispõe de acesso à Internet via wireless, para utilização pelos servidores e visitantes. Estão instalados, nos computadores dos laboratórios de informática, o pacote Microsoft Office Professional e os programas R, RStudio, XMind e CorelDraw (Adobe), entre outros. Duas das salas de aula, um laboratório de informática e uma sala de reunião estão adaptados com recursos de áudio e vídeo para realização de atividades com participação presencial e remota simultaneamente.

O Cefor também possui auditório com capacidade de 122 lugares, recursos audiovisuais e sistema de teleconferência. Há, ainda, duas salas multiuso, usadas para reuniões, cursos e trabalhos que necessitem de metodologias colaborativas e inovadoras. Com design leve e versátil, o mobiliário conta com mesas projetadas para se adaptar às constantes mudanças dos espaços educacionais. As salas dispõem de um computador e são também usadas para estudos, para a orientação de alunos da pós-graduação, para interações de grupos de pesquisa e para reuniões da comissão própria de avaliação.

Destaca-se, também, que docentes e discentes do Programa têm acesso à estrutura de educação a distância do Cefor, que utiliza a plataforma Moodle. Essa estrutura disponibiliza sete salas no aplicativo Zoom para realização de diversos eventos, como reuniões, aulas, seminários e palestras.

O prédio do Cefor conta ainda com caixa eletrônico, sistema de segurança com câmeras de vídeo, foyer para realização de coquetéis e confraternizações, área de convivência com 160 m² ao ar livre, iluminada e climatizada com cascata, para a realização de atividades como reuniões, oficinas, socialização e integração. O Cefor dispõe de dois geradores de energia com autonomia de 30 horas. Há também uma lanchonete escola do SENAC que oferece alimentação completa para café da manhã, almoço e lanches, além de copa/refeitório com 14 lugares. Possui, também, um setor de reprografia com máquinas para produção de grandes volumes de material. Em caso de necessidade, pode-se recorrer à Gráfica da Câmara dos Deputados, que tem condições de fornecer serviços gráficos com mais recursos.

Como órgão integrante da estrutura da Câmara dos Deputados, o Cefor conta com toda a infraestrutura da Casa, que abrange uma área total superior a 150.000 m², com auditórios de múltiplos tamanhos (em destaque o Auditório Nereu Ramos, com mais de 300 lugares), salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes, etc. Ressaltam-se os serviços de Eventos e Cerimonial e de Áudio e Vídeo, que dão suporte aos eventos de maior porte, e o apoio da Secretaria de Comunicação Social que, com os veículos de rádio, TV e jornalismo, contribuem para a disseminação de informações para a comunidade.

Como órgão integrante da estrutura da Câmara dos Deputados, o Cefor conta com toda a infraestrutura da Casa, que abrange uma área total superior a 150.000 m², com auditórios de múltiplos tamanhos (em destaque o Auditório Nereu Ramos, com mais de 300 lugares), salas diferenciadas, espaços de convivência, restaurantes, lanchonetes, etc. Ressaltam-se os serviços de Eventos e Cerimonial e de Áudio e Vídeo, que dão suporte aos eventos de maior porte, e o apoio da Secretaria de Comunicação Social que, com os veículos de rádio, TV e jornalismo, contribuem para a disseminação de informações para a comunidade.

A Coordenação de Pós-Graduação, com 14 servidores efetivos, funciona em três salas no Cefor, totalizando 72 m². Estão disponíveis, para atendimento à comunidade acadêmica e para uso administrativo, 14 microcomputadores, uma TV 32", duas impressoras laser, sendo uma com impressão colorida, ambas com recursos de digitalização de documentos. Todos os computadores estão conectados à Internet pelo sistema banda larga da Câmara dos Deputados.

Para melhor acesso da comunidade acadêmica e da sociedade, o Programa de Pós-Graduação reformulou seu site (www.camara.leg.br/posgraduacao), e mantém constante atualização de informações. A página, hospedada no portal da Câmara dos Deputados, passou por reestruturação com o objetivo de organizar as seções de acordo com os interesses dos públicos-alvo, facilitar o acesso a documentos e informações relevantes e informar sobre as atividades desenvolvidas no Programa. O portal tem acessos para os cursos, pesquisa acadêmica, publicações (revista eletrônica E-Legis e livros editados), eventos, avaliação institucional, normas e regulamentos, além de links de interesse e formas de contato.

Biblioteca

A Biblioteca Pedro Aleixo (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/biblioteca>) integra o Centro de Documentação e Informação (CEDI) e tem como principal função subsidiar as atividades legislativas e administrativas dos membros e servidores da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional. Possui acervo aproximado de 200.000 volumes e 2.060 títulos de revistas especializadas, com foco em Ciência Política, Ciências Sociais, Direito, Economia e Administração Pública. No tocante a alunos, professores e pesquisadores, a biblioteca disponibiliza textos científicos e livros, inclusive por meio de novas aquisições, demandados nos planos de curso das disciplinas dos cursos de especialização e do Mestrado e nos projetos dos grupos de pesquisa. Ressalta-se que pesquisadores, discentes e docentes do Programa possuem direito ao dobro do prazo e da quantidade de livros por empréstimo em relação aos demais servidores da Câmara dos Deputados.

A biblioteca é depositária das publicações editadas pela Câmara dos Deputados, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, incluindo as editadas no Brasil pela Unesco, pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Possui também valioso acervo de obras raras, totalizando aproximadamente 4.700 volumes, consistindo de pós-incunábulo, livros raros em sua primeira edição, livros esgotados, livros de editores famosos, periódicos valiosos, Coleção das Leis do Brasil, Coleção de Diários Oficiais que, iniciada em 1862, estende-se até 1899, e exemplares da legislação portuguesa e da legislação estadual brasileira.

Além das bases de dados existentes, a Câmara dos Deputados dispõe de acesso ao Portal de Periódicos da Capes, Proquest, ABNT, entre outros, e também à Rede Virtual de Bibliotecas (Rede RVBI), que agrega de forma cooperativa recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas públicas: Advocacia-Geral da União, Câmara Legislativa do DF, Ministério da Justiça, Procuradoria-Geral da República, Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, Superior Tribunal Militar, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Justiça do DF, Tribunal Superior do Trabalho e a própria Câmara dos Deputados.

O CEDI dispõe, também, de serviço de pesquisa sobre proposições e processo legislativo (legislação), atuação parlamentar (livros e artigos) e documentos das constituintes, fornecendo a servidores da Casa e alunos do Programa, quando solicitado, cópias de artigos e trechos de livros, respeitados os limites estabelecidos em normas específicas.

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Os procedimentos e instrumentos adotados pelo Programa fazem parte do conjunto de ações da Política de Autoavaliação instituída e seguem os critérios estabelecidos pelo INEP para avaliação de escolas de governo com vistas à oferta de cursos de especialização e pela Capes para avaliação do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Esse modelo tem sido desenvolvido, aplicado e aperfeiçoado desde 2005, quando as primeiras ações iniciaram pelo levantamento dos perfis das turmas e

avaliação das disciplinas. Atualmente são realizadas as seguintes etapas: avaliação de disciplinas, avaliação de egressos, avaliação de impacto e adequação dos TCCs, avaliação da produção docente e discente, e escuta exploratória.

O Colegiado do Mestrado Profissional em Poder Legislativo (MPPL) aprovou, em 2017, regulamento que estabelece os critérios da avaliação contínua do corpo docente com base na produtividade lançada no currículo Lattes (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/cursos/posgraduacao/avaliacao/periodoavaliativo-2017-2020>). Ao final do segundo ano de cada quadriênio, efetua-se o reenquadramento, que consiste em classificar como permanentes, no mínimo, 70% dos docentes mais bem classificados, ficando, os demais, automaticamente enquadrados como colaboradores. Ao final do quadriênio, nova avaliação é efetuada com vistas não somente ao reenquadramento, mas, também, ao credenciamento dos docentes, levando em conta a produção de todo o quadriênio.

O Programa dedicou o ano de 2022 ao aprimoramento do processo de avaliação interna com o propósito de identificar potencialidades, detectar elementos frágeis, definir indicadores e verificar se os objetivos estão sendo alcançados, com vistas à melhoria da qualidade acadêmica. As principais ações realizadas foram:

- Avaliação de egressos do Mestrado, incluindo extrato Lattes de produção acadêmica e rede no LinkedIn. A pesquisa foi aplicada a 118 egressos do MPPL, titulados entre 2013 e 2022.
- Avaliação da produção docente e discente do Mestrado, abrangendo as dimensões da produção técnico-científica, da docência e da orientação, por meio da verificação e pontuação da produção monitorada pela ferramenta Extrato Lattes, que consolida os indicadores de desempenho. Um dos objetivos é o reenquadramento de professores permanentes e colaboradores, conforme previsto em regulamento próprio.
- Avaliação de impacto e adequação dos trabalhos de conclusão do Mestrado, com vistas à análise de aderência às linhas de pesquisa propostas, com geração de relatório que subsidia decisões relativas ao processo seletivo de alunos regulares, paralelamente à aplicação a gestores da Câmara dos Deputados de questionário proposto pela área de avaliação da Capes para levantamento de impacto e relevância do TCC para a instituição e para a sociedade.
- Avaliação de disciplinas do Mestrado com base em três dimensões de avaliação: autoavaliação do aluno, avaliação da disciplina e avaliação da atuação do docente. Os resultados são monitorados pela Coordenação e comparados com as avaliações de semestres anteriores. Variações bruscas no desempenho dos docentes ou nos itens de qualidade da disciplina são objeto de reunião com os respectivos professores para a tomada de ações corretivas.

Nas páginas a seguir são apresentados os indicadores de desempenho relativos às três vertentes de atuação do Programa: ensino, pesquisa e extensão.

2. INDICADORES

ENSINO

A vertente do ensino corresponde à formação de profissionais altamente qualificados para aprofundar e complementar conhecimentos e competências necessárias ao domínio de funções definidas na sua atuação profissional, por meio de cursos de pós-graduação interligando diversas áreas do saber relacionadas às atividades do Legislativo. São áreas mais notoriamente abrangidas pelos cursos a Ciência Política, o Direito, a Administração Pública e a Comunicação Social. Especificamente no Mestrado Profissional em Poder Legislativo, são estudadas três linhas de pesquisa: 1) Gestão Pública no Poder Legislativo; 2) Processos Políticos do Poder Legislativo; 3) Política Institucional do Poder Legislativo.

Em 2022 eram os seguintes cursos em realização:

- **Mestrado Profissional em Poder Legislativo** – classificado pela Capes/MEC na área de Ciência Política e Relações Internacionais com nota 5 (a mais alta classificação para mestrados profissionais). Oferece participação aberta à sociedade e abriga pesquisadores e alunos com interesse em estudar o Poder Legislativo como um campo de saber próprio e distinto dos padrões disciplinares estabelecidos em cursos e departamentos tradicionais da academia. Iniciado em 2013, recebeu 198 alunos regulares até o final de 2022. Desses, 125 já obtiveram o título de Mestre, com participação de 26% de alunos externos à Câmara dos Deputados. Além dos alunos regulares, há grande procura a cada semestre por vagas como aluno especial nas disciplinas optativas do Mestrado, sendo que vários se tornam aluno regular.
- **Curso de Especialização em Orçamento Público** – realizado no biênio 2021-2022, com carga horária de 360 horas mais 60 horas correspondente ao tempo requerido para a redação e a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Ofertado em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), Senado Federal (SF), Câmara Legislativa do DF (CLDF) e Escola Superior de Guerra (ESG) com o objetivo de especializar servidores públicos do Poder Legislativo e de órgãos parceiros para o desenvolvimento de atividades de excelência em uma ou mais etapas do processo orçamentário. O corpo discente contou com 50 alunos, sendo 12 servidores da Câmara dos Deputados.
- **Curso de Especialização em Análise Econômica do Direito** – realizado no biênio 2021-2022, com carga horária de 360 horas, incluído o período para desenvolvimento do TCC. Promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de a formação de servidores capazes de lidar com temas interdisciplinares, aprofundando o estudo dos conceitos e institutos do Direito sob o prisma da sua contextualização econômica. O corpo discente contou com 50 alunos, sendo 3 servidores da Câmara dos Deputados.
- **Curso de Especialização em Poder Legislativo e Direito Parlamentar** – realizado no biênio 2021-2022, com carga horária de 360 horas, além de 60 horas para o TCC. Promovido pelo Senado Federal, com o objetivo de suprir as necessidades dos profissionais que atuam diretamente na área jurídica ou no assessoramento à elaboração de atos normativos primários, de modo a propiciar reflexões críticas sobre as atuais temáticas do Direito Parlamentar e a permitir uma visão globalizada e profunda de novas tendências e questões relacionadas ao tema. O corpo discente contou com 50 alunos, sendo 12 servidores da Câmara dos Deputados.

Na Tabela 1 são apresentados os principais indicadores da vertente do ensino.

Tabela 1: Principais indicadores - Ensino
2005 - 2021

Quantidade de cursos/turmas (2005-2022)	43
- Cursos/turmas <i>lato sensu</i>	30
- Cursos/turmas <i>stricto sensu</i>	13
<hr/>	
Alunos regulares (2005-2022)	1.064
Egressos dos cursos <i>lato</i> e <i>stricto sensu</i> (2005-2022)	918
Egressos do Mestrado (2013-2022)	125
Alunos especiais (2005-2022)	1.136

Desde o início de suas atividades, em 2005, o Programa vem se estruturando no sentido de oferecer diversas oportunidades de educação legislativa em nível de pós-graduação. São realizados cursos *lato* e *stricto sensu*, que podem ser próprios, em parceria ou contratados, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Oferta de Cursos do Programa



Até o final de 2022, o Programa realizou 43 cursos/turmas (considerando novos cursos, edições de cursos já ofertados ou turmas de cursos regulares, como o Mestrado), com entrada de 1.064 alunos regulares. Concluíram seus cursos com aprovação 918 alunos regulares, incluindo 125 mestres formados no Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Além desses, houve a entrada de 1.136 alunos especiais, sendo quase a totalidade (99%) no Mestrado.

A Tabela 2 relaciona os cursos realizados, a quantidade de alunos regulares que ingressaram e que concluíram seus cursos, e de alunos especiais.

Tabela 2: Cursos realizados pelo Programa, quantidade de alunos e de egressos
2005 - 2022

Curso	Regime	Quant. turmas	Quant. alunos regulares	Quant. egressos	Quant. especiais
Mestrado Profissional em Poder Legislativo <i>*2 turmas em andamento</i>	Próprio	10	198	125	1.122
Especialização em Processo Legislativo (PL)	Próprio	6	178	170	-
Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo (IP)	Próprio	4	111	100	-
Especialização em Política e Representação Parlamentar (PRP)	Próprio	2	59	52	-
Especialização em Legislativo e Políticas Públicas (LPP)	Próprio	1	30	28	-
Especialização em Gestão Pública Legislativa (GPL)	Próprio	1	21	21	-
Especialização em Parlamento e Direito (PD)	Próprio	2	39	30	14
Especialização em Comunicação Política no Legislativo (CPL)	Próprio	1	30	27	-
MBA em Governança Legislativa	Próprio	2	57	53	-
Especialização em Orçamento Público (OP)	Parceria	4	113	97	-
Especialização em Auditoria Interna e Controle Governamental (AICG)	Parceria	1	33	33	-
Especialização em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos	Parceria	1	38	31	-
Especialização em Avaliação de Políticas Públicas (APP)	Parceria	1	42	42	-
Especialização em Análise Econômica do Direito	Parceria	1	3	3	-
Especialização em Poder Legislativo e Direito Parlamentar	Parceria	1	12	12	-
Especialização em Psicodinâmica do Trabalho	Contratado	1	25	25	-
Especialização em Contabilidade Pública	Contratado	1	30	26	-
Mestrado e Doutorado Interinstitucionais em Ciência Política - IUPERJ	Contratado	2	30	30	-
Doutorado Interinstitucional em Ciência Política (Dinter) – IESP-UERJ	Contratado	1	15	13	-
Total		43	1.064	918	1.136

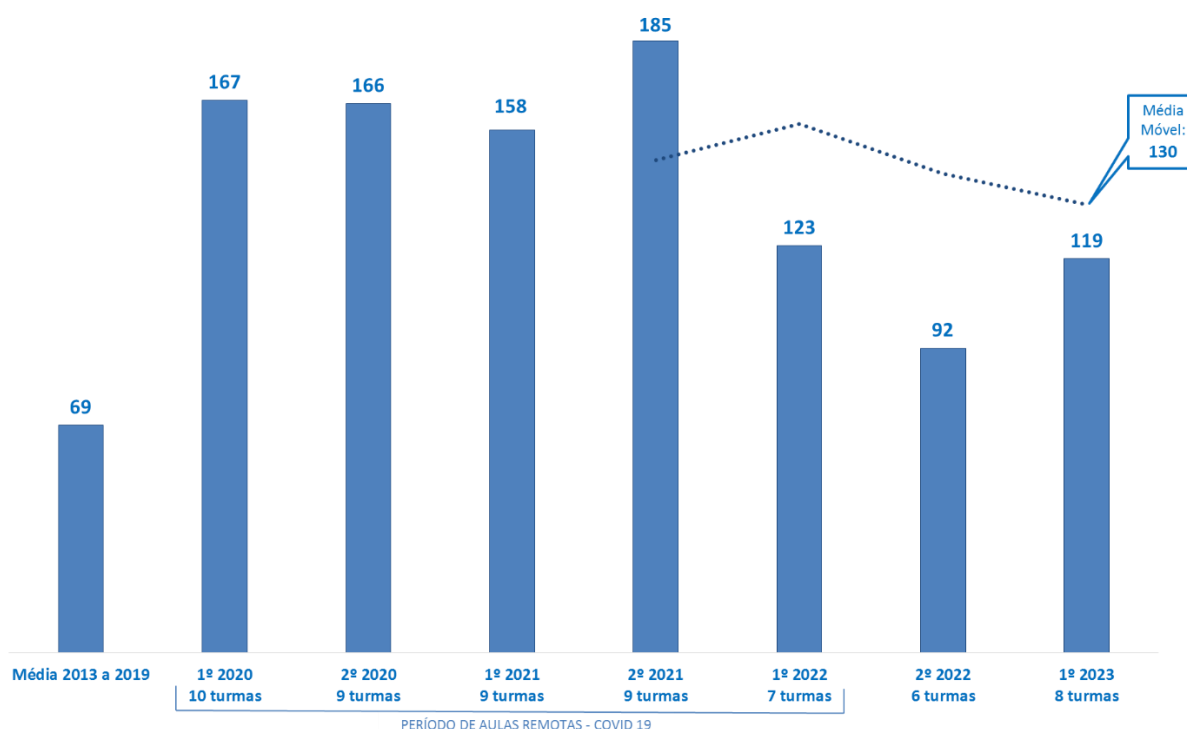
No Mestrado, merece destaque a grande quantidade de alunos especiais matriculados nas disciplinas optativas, especialmente durante o período da pandemia de Covid-19. A média móvel (considerando 4 semestres) é de 130 alunos especiais matriculados por semestre letivo.

Essa modalidade possibilita, ao possível interessado em se tornar aluno regular, conhecer a estrutura do curso, contatar professores e orientadores e acumular créditos para posterior aproveitamento. Além disso, proporciona ao Programa o alcance de um público mais amplo, com a recepção de alunos de diversos segmentos da sociedade.

Com a realização de aulas a distância em decorrência da pandemia da Covid-19, abriu-se a possibilidade, para vários interessados que não residem no DF, de se matricularem e cursarem disciplinas como aluno especial. Nesse período, o Mestrado recebeu alunos de várias casas legislativas e governos estaduais e municipais, assim como de instituições de ensino e de segmentos diversos baseados em outros estados.

A quantidade de matrículas de alunos especiais, por semestre letivo, com a informação da quantidade de disciplinas ofertadas e média móvel de quatro semestres, está apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1: Quantidade de alunos especiais matriculados no Mestrado 2013 - 2022



A evolução ao longo do tempo, tanto da quantidade de cursos realizados, quanto do número de alunos ingressantes, resultante da regularidade da oferta, sugere que o Programa está consolidado no âmbito da Câmara dos Deputados e que possui atratividade para profissionais que atuam no Poder Legislativo e em outras instâncias de governo, bem como para a sociedade em geral.

A vertente da pesquisa consiste em estimular a reflexão, a criação e a sistematização de conhecimento técnico especializado de docentes e discentes no campo do Poder Legislativo, principalmente por meio de pesquisas realizadas a partir dos Grupos de Pesquisa e Extensão (GPEs).

GRUPOS DE PESQUISA E EXTENSÃO (GPEs)

Tabela 3: Principais indicadores – GPEs
2022

Grupos de Pesquisa e Extensão - GPEs (2022)	12
Pesquisadores membros dos GPEs (2022)	103

Os GPEs têm como objetivo levantar dificuldades relacionadas a questões próprias do Poder Legislativo e, em consequência, propor soluções e novos horizontes em um processo de análise e organização dos conhecimentos inerentes à função legislativa.

Para tanto, o Programa estabelece regras e estratégias no sentido de estimular a participação de alunos, egressos, docentes, servidores em geral e pesquisadores de outras instituições em pesquisas relacionadas aos assuntos próprios do Poder Legislativo. Em consonância com o programa de Mestrado, as pesquisas são aderentes às seguintes linhas: a) Gestão Pública Legislativa; b) Processos Políticos do Poder Legislativo e c) Política Institucional do Poder Legislativo.

Os GPEs passam por um processo de reestruturação no acompanhamento de suas atividades, visando maior eficiência organizacional e otimização da produtividade. Nesse sentido, os grupos foram institucionalizados por meio de credenciamento no Diretório de Grupos de Pesquisa/CNPq e classificação na categoria “permanente”. São credenciados os GPEs ativos cuja coordenação estiver a cargo de servidor Doutor e cuja produção for comprovada por publicação científica.

Em 2022, havia 12 GPEs ativos, com 103 pesquisadores entre servidores da Câmara dos Deputados e membros externos. Participam pesquisadores ligados a instituições como Senado Federal, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Minas Gerais e INCT.DD - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital. As pesquisas realizadas no âmbito dos GPEs abarcam temas como parlamento digital, gênero, representação e participação política, políticas de saúde, análise de discurso, gestão de pessoas e ciência de dados.

Abaixo, a relação de GPEs ativos no Programa:

- Ciência de Dados Aplicada ao Estudo do Poder Legislativo: abordagem computacional e métodos de análise. Coordenação: Prof. Dr. Fabiano Peruzzo Schwartz. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9712095383739020>).
- Parlamento e sociedade: representação política, participação e controle social. Coordenação: Prof. Dr. Antonio Teixeira de Barros. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4854827803749216>).
- Parlamento Digital. Coordenação: Prof. Dr. André Rehbein Sathler Guimarães. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8349790852090039>).
- Discursos e projetos de mudança social. Coordenação: Prof. Dr. Julio Roberto de Souza Pinto. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3030865843203535>).

- Estratégias de construção de vínculo e identidade política dos atores políticos brasileiros. Coordenação: Prof. Dr. Cristiane Brum Bernardes. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9835559732655060>).
- Informação política: interfaces contemporâneas. Coordenação: Prof. Dr. Thiago Gomes Eirão e Profª. Drª. Terezinha Elisabeth da Silva. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4452777451319667>).
- O Legislativo e a Política de Saúde no Brasil. Coordenação: Prof. Dr. Fabio de Barros Correia Gomes. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/9741799695481463>).
- O Poder do Espaço: variáveis espaciais em Casas Legislativas. Coordenação: Prof. Dr. Valério Augusto Soares de Medeiros. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/588906>).
- Afetos e Política: o lugar dos afetos e dos desejos na ação política e no funcionamento das instituições políticas. Coordenação: Dr. Mauricio Suhett Spinola. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/607351>).
- Gênero e Representação Política. Coordenação: Prof. Dr. Giovana Dal Bianco Perlin. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/607166>).
- Comunicação na Câmara dos Deputados: perspectivas após 20 anos de mídias. Coordenação: Prof. Dr. Cláudia Regina Fonseca Lemos (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1980519706474298>).
- Grupo de Pesquisa e Extensão Institucional da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados (GPE-Conle). Coordenação: Prof. Dr. Ricardo Chaves de Rezende Martins e Prof. Dr. Fabio de Barros Correia Gomes. (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/768240>).

EXTENSÃO

A extensão objetiva impactar positivamente a sociedade e consiste na difusão dos resultados das ações de ensino e pesquisa gerados no Programa. Realiza-se pela edição de publicações como forma de estímulo à difusão do conhecimento legislativo, oportunidades de educação legislativa e eventos de disseminação científica para a comunidade interessada.

Por ser um Programa voltado para o estudo do Poder Legislativo, o conhecimento produzido está diretamente vinculado às ações de extensão, seja por meio de repercussões das pesquisas realizadas, seja por meio da participação ativa de docentes, discentes e pesquisadores na atividade política, administração das casas legislativas, gabinetes parlamentares, consultorias legislativas, imprensa, sociedade civil organizada, dentre outros. Também o acesso facilitado a veículos como Rádio e TV Câmara contribui para a inserção dos docentes e discentes junto à mídia nacional, com possibilidade de publicação de artigos de opinião em veículos específicos.

Visando à divulgação dos trabalhos produzidos no Programa de Pós-Graduação, em ação conjunta com o Centro de Documentação e Informação (Cedi) da Câmara dos Deputados, todos os arquivos de monografias, dissertações e teses dos alunos que completam os cursos são depositados na Biblioteca Digital (<https://bd.camara.leg.br/bd/>). Os textos são publicados segundo as normas de direito autoral e em conformidade com os padrões de apresentação de trabalhos científicos, formando o banco de trabalhos de conclusão dos cursos do Programa de Pós-Graduação.

O Cefor utiliza a licença Creative Commons (CC) na modalidade “5: Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma Licença (by-nc-sa)” nos conteúdos disponibilizados no âmbito de atuação do Centro. A partir da adoção dessa licença, é concedida permissão para que terceiros remixem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, desde que com fins não comerciais e contanto que atribuam crédito

ao autor, bem como licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros. Dessa forma, além de proporcionar gerenciamento ágil e flexível de direitos autorais do material educacional produzido no Cefor, atua-se na democratização do conhecimento e na difusão da atividade do Legislativo, de maneira a contribuir para a valorização da democracia.

REVISTA ELETRÔNICA E-LEGIS

Tabela 4: Principais indicadores – E-Legis
2008 – 2022

Edições da Revista E-Legis (2008-2022)	44
Artigos publicados na Revista E-Legis (2008-2022)	408
Edições da Revista E-Legis (2022)	4
Artigos publicados na Revista E-Legis (2022)	65

Quanto às publicações, destaca-se a Revista eletrônica E-Legis (ISSN: 2175-0688), publicada desde 2008, em que são divulgados resultados de pesquisa voltados para temas relevantes sobre o Legislativo. A revista é aberta para submissões de trabalhos de autores interessados nas questões do Poder Legislativo, abrindo espaço para artigos e relatos de pesquisas produzidos por alunos, professores e pesquisadores vinculados aos cursos e aos grupos de pesquisa e extensão da Câmara dos Deputados.

Os objetivos da E-Legis compreendem o estímulo à circulação de ideias e incentivo ao debate de temas ligados às linhas temáticas do Programa, a contribuição para o enriquecimento do processo de produção e a disseminação de conhecimento próprio do Poder Legislativo, tornando-se um dos veículos privilegiados de divulgação de estudos e pesquisas realizados na área.

A E-Legis é publicada quadrimestralmente (desde 2013) e oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

No sistema de avaliação adotado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), denominado Qualis, a Revista E-Legis é classificada no estrato A4 na área de Ciência Política e Relações Internacionais, integrando o estrato mais elevado dos periódicos científicos. Essa qualificação reforça a relevância da Revista e gera a perspectiva de ampliar seu reconhecimento pela comunidade científica.

A E-Legis está indexada na base de dados Latindex (*Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal*), que é um sistema de informação dedicado ao registro e difusão de revistas acadêmicas editadas nos países ibero-americanos. Está em processo de aceitação nas bases de dados Redalyc (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), Clase (Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades) e Doaj (Directory of Open Access Journals). Também vem empreendendo ações visando sua indexação na base de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online).

Diante do crescimento e da consolidação da revista E-Legis, e visando alcançar maior internacionalização e visibilidade, está disponível a publicação de versões trilingües (português, inglês e espanhol), incluindo os volumes publicados a partir de 2017. Além disso, possui o DOI (Digital Object Identifier) para todos os artigos já publicados pela revista, impulsionando o processo de indexação nas principais bases de pesquisa internacionais, ao permitir o acesso e a disponibilidade desses artigos nos meios digitais. Ressalta-se que a E-Legis é a única revista brasileira com foco no Poder

Legislativo, tornando-se um locus de diálogo entre pesquisadores e sociedade em âmbito nacional e internacional.

Em 2022 a Revista eletrônica E-Legis alcançou seu 39º número regular, que somado a cinco edições especiais, totaliza 44 edições da revista.

EVENTOS

Tabela 5: Principais indicadores - eventos
2022

Eventos realizados pelo Programa (2022)	9
Público estimado (2022)	2.911

- **Jornadas de Pesquisa e Extensão** – evento anual voltado à discussão de ideias a respeito do parlamento brasileiro, com o objetivo de disseminar o conhecimento que é produzido não apenas pela Câmara dos Deputados – no âmbito do Mestrado, das especializações e dos grupos de pesquisa – mas também por outros órgãos parceiros e demais pesquisadores. Em 2022, A XII Jornada de Pesquisa e Extensão do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados foi realizada juntamente com o Seminário de Educação Legislativa em um evento que celebrou os 30 anos da institucionalização da educação legislativa no Brasil e os 25 anos do Cefor. Foram três dias de evento, com 170 pessoas presentes, totalizando 555 participações. Além das conferências de abertura e de encerramento, o evento contou com três mesas temáticas e seis sessões de apresentação para os 33 trabalhos selecionados. Os vídeos das mesas e sessões permanecem disponíveis no Canal da Escola da Câmara, no Youtube (www.youtube.com/EscoladaCamara).
- **Ciclo de Palestras** – atividades periódicas com objetivo de levar a alunos, professores e público do Cefor informações relativas às diferentes temáticas do Poder Legislativo. Além de ampliar o escopo de conhecimento, as palestras também incentivam a pesquisa e o pensamento crítico ao divulgar estudos e possibilidades de atuação diversas das tratadas em sala de aula. Em 2022, foram promovidas cinco palestras (sendo duas aulas inaugurais de semestre letivo) em ambiente virtual e em formato presencial, totalizando 109 participantes e 1.186 visualizações (até 20/12/2022). Temas de relevância política nacional foram abordados, como políticas públicas, análise orçamentária e o uso de inteligência artificial por gestores públicos. Como participação internacional, o PPG recebeu a palestra da professora Emma Crewe, que lidera mundialmente a pesquisa *A Global Comparative Ethnography of Parliaments, Politicians and People: representation, relationships and ruptures (EoPPP)*, uma etnografia comparada dos parlamentos, políticos e cidadãos de Brasil, Etiópia, Fiji, Índia, Estados Unidos e Reino Unido financiada pelo *European Research Council*. Por fim, ao celebrar os dez anos do Mestrado, a aula inaugural do segundo semestre letivo abordou os “Estudos legislativos: temáticas e metodologias nos dez anos do Mestrado em Poder Legislativo”.
- **Ciclo de Oficinas** – novos olhares a partir de diferentes práticas - cursos para aprimoramento dos trabalhos de pesquisa de alunos do Mestrado Profissional em Poder Legislativo. Foram realizadas duas oficinas virtuais durante o ano de 2022, com o total de 43 participantes. De forma inovadora, também foi realizada uma oficina-live, com transmissão pelo YouTube, que atingiu 1.018 visualizações (dados de 20/10/2022).
- **Ampliar** – rede de alunos regulares, professores e egressos do Mestrado Profissional em Poder Legislativo e do Doutorado Interinstitucional em Ciência Política, com o objetivo de ampliar laços, redes, contatos, conhecimentos, pesquisas e resultados. Busca, ainda, propiciar comunicação mais eficaz entre os participantes e fortalecer a colaboração em pesquisa e ensino sobre o Poder Legislativo. Para tanto, foi criado perfil institucional na rede social LinkedIn para o intercâmbio de experiências profissionais e acadêmicas

(<https://br.linkedin.com/school/pós-graduação-câmara-dos-deputados/>). Com a impossibilidade de retornar o evento presencial em 2022 em decorrência da pandemia da Covid-19, optou-se por transferir a quinta edição do Ampliar para 2023, no formato presencial e com a recepção dos novos alunos regulares da turma ingressante.

O Programa buscou promover acessibilidade e diversificar as formas de visibilidade das ações desenvolvidas. Desde o início da pandemia da Covid-19, os eventos ganharam a plataforma online, possibilitando o acesso ao vivo e a gravação no canal do Youtube do Cefor (<https://www.youtube.com/user/ceforcdvideos>). Todos os vídeos relacionados a eventos do Programa, como Jornadas de Pesquisa e Extensão, Ciclo de Palestras e Ampliar, foram compilados em uma única playlist. Em paralelo, parceria estabelecida entre o Cefor e o Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados tem resultado na transcrição de palestras, facilitando assim o acesso ao conteúdo e mantendo o registro dos eventos em diferentes formatos.